

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO ESPAÇO DE MUDANÇAS: UMA EXIGÊNCIA PARA INSTITUIR PRÁTICAS INOVADORAS NA EJA

Ana Helena Lima de Souza¹

¹ Mestranda em Educação de Jovens e Adultos do Programa de Mestrado
Profissional – MPEJA da UNEB. Gestora da Escola Municipal Dr. Francisco
Martins da Silva do município de Feira de Santana
E-mail: anahelenalima@hotmail.com.br

EIXO TEMÁTICO: 8 - Gestão Escolar e Educacional na EJA

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos- EJA carrega sobre sua imagem a ideia de uma educação pouco inovadora e que persiste em práticas tradicionais, e muitas vezes pouco eficientes, para atender as demandas que a modalidade de educação exige para garantir o seu papel na educação dos jovens e adultos. Essa impressão não se dá no vazio, apesar de quando generalizada despreza muitas ações de educadores e escolas que apresentam trabalhos exitosos juntos a EJA, visto que muitas escolas não asseguram a educação de jovens e adultos um trabalho consistente e respeitoso aos seus sujeitos. O Projeto Político Pedagógico-PPP de muitas escolas não apresenta uma proposta didática e curricular para a EJA que considere as singularidades e especificidades do seu público. Esta é uma observação feita na realidade da Educação de Jovens e Adultos do município de Feira de Santana, uma pesquisa que está em andamento no programa de mestrado profissional MPEJA, na UNEB campus 1, intitulada "A efetivação do projeto político pedagógico nas escolas da rede municipal de ensino de Feira de Santana que desenvolvem a educação de jovens e adultos (EJA)". Os levantamentos bibliográficos, estudos, e análises realizadas, já nos leva a compreensão de que o PPP é o principal e mais significativo mecanismo para efetivação de uma educação para os jovens e adultos, vindo a efetivar as orientações, diretrizes, curriculares para a EJA que especificam as singularidades dessa modalidade de educação. Desta forma entendemos que a exigência parece estar posta, o PPP tem que garantir o espaço da educação de jovens e adultos e atender a uma legislação, mas não basta simplesmente assegurar o registro de suas concepções e diretrizes é preciso assegurar também que o PPP propicie à EJA ações mais profícuas para sua melhoria. O que a educação de jovens e adultos exige vai para além do que está apresentado, do representativo, persiste na construção de espaços simbólicos, de diálogos e de ações efetivas que comunguem com a realidade dos seus sujeitos e identifique diferentes necessidades para repensar a forma como a educação de jovens e adultos tem sido desenvolvida nas escolas públicas. Precisamos defender os espaços da educação de jovens e adultos no intuito de garantir a igualdade na condição dos estudantes aprenderem, e o direito democrático de estudarem, o que exige uma organização escolar pensada para isto.



De acordo Veiga (2002), ao defender que o PPP deve organizar a escola para que ela seja democrática, pública e gratuita, afirma ser necessário assegurar a igualdade de condição para o seu acesso e permanência. Conforme Maria Clara Di Pierro (2001), numa visão prospectiva sobre a EJA, a forma como a educação de jovens e adultos é reproduzida, seguindo as organizações, formas e currículos da educação básica infanto-juvenil, precisa ser superada e isso implica um projeto pedagógico específico. Nesse espaço defendido dentro do PPP, que visa primeiramente garantir de forma democrática o direito à educação de qualidade, entendemos ser imprescindível a ideia de a escola encontrar o seu verdadeiro sentido, se reconstruir, mais especificamente a escola da EJA, vindo a atender a urgência de ser reconhecida e respeitada. Se a missão da escola não inclui qualidade da educação para todos, a sua conquista sempre será parcial. De acordo Amorim (2007), a necessidade da escola de encontrar o seu verdadeiro sentido social, de se reconstruir, responde às exigências da própria sociedade que contesta as crises estruturantes do mundo moderno e os efeitos da globalização. Para o autor, essa reconstrução precisa fazer com que a escola se caracterize como uma organização pensante. De acordo Veiga (2013), a construção do projeto pedagógico significa enfrentar desafios de mudanças, desde sua organização até as suas ações pedagógicas. Nesta perspectiva, entendemos ser necessário um espaço para atividades interventivas e inovadoras que efetivem mudanças nas ações desenvolvidas junto a EJA, espaço de atividades alternativas no sentido de buscar outras formas de romper com as práticas instituídas na educação de jovens e adultos que ignoram as suas singularidades e desrespeitam os seus coletivos, professores, e, sobretudo, jovens e adultos estudantes. A organização escolar disposta no PPP deve atender a imperativa necessidade de garantir, na sua organização, espaços para conquistar formas mais urgentes de melhorias efetivas para educação dos jovens e adultos. A proposta de espaços para ações interventivas para EJA não pode se constituir simplesmente como tentativa de inovar o PPP para atender a educação de jovens e adultos. A defesa aqui é de reconstruir, ou construir, o PPP para garantir a educação de jovens e adultos o seu espaço de mudanças. A educação de jovens e adultos deve alcançar os milhares de sujeitos que estão fora da escola e não são alfabetizados ou possuem baixa escolarização. O PPP da escola deve ser entendido como política social no âmbito escolar e deve pensar a sua organização na perspectiva de efetivar a democratização do ensino, ainda que não seja só sua esta responsabilidade. De acordo Veiga (2003, p.1) deve ser compromisso da "[...] escola construir projetos políticos pedagógicos comprometidos com as múltiplas necessidades sociais e políticas da população". Dessa forma, as inovações podem alcançar o objetivo de mudança na realidade e estabelecer um PPP emancipatório ou edificante para a escola, de forma a romper com os PPP regulatórios, e para isso é preciso maior consciência de suas bases epistemológicas. A ideia de assegurar espaços de mudanças como uma exigência da EJA, responde a necessidade de dar a educação de jovens e adultos o seu verdadeiro norte, no sentido de ser a educação uma política social de combate à desigualdade. Mudanças efetivas na EJA são perspectivas necessárias para consolidá-la como uma modalidade educativa que se fundamenta em princípios éticos e legais que responde aos movimentos de luta pela educação de jovens e adultos, aos anseios de professores comprometidos com a educação e dos próprios educandos que esperam encontrar na escola oportunidade de superar as diversas dificuldades encontradas na sociedade. Para essas mudanças não nos pode faltar esforços e iniciativas, assim como conhecimento de suas bases legais que constitui a EJA como direito público subjetivo, dos jovens e adultos.



Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Projeto Politico Pedagógico; Inovador;

REFERÊNCIAS